

QUAL A DÍVIDA QUE TEMOS COM AS GERAÇÕES FUTURAS? UMA ANÁLISE FILOSÓFICA SOBRE O CASO DA AMAZÔNIA

WHAT DEBT DO WE OWE TO FUTURE GENERATIONS? A PHILOSOPHICAL ANALYSIS AT THE EXAMPLE OF AMAZONAS

JEAN-CHRISTOPHE MERLE¹

(Universidade de Vechta/Alemanha)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo examinar as obrigações morais das gerações atuais para com as gerações futuras, tendo como referência o caso da Amazônia. A partir de uma análise filosófica, discute-se como a relação humana com o trabalho e a reprodução, historicamente vistas como deveres de progresso, transformou-se em fator de destruição ambiental e ameaça à continuidade da vida humana. Para isso, são examinados três modelos de justiça intergeracional — o da reciprocidade, o proprietário e o utilitarista —, demonstrando suas limitações diante da crise ecológica contemporânea. Com base nessa crítica, propõe-se uma concepção alternativa de responsabilidade voltada não apenas à melhoria da qualidade de vida futura, mas à necessidade urgente de prevenir a catástrofe ambiental e adiar o ponto crítico que pode levar ao colapso da humanidade. Assim, a obrigação ética fundamental é concebida como uma responsabilidade para com a própria existência da humanidade, ilustrando o desafio moral e psicológico de reconhecer e agir diante da gravidade da crise climática.

Palavras-chave: Amazônia; Gerações Futuras; Ética Ambiental; Justiça Intergeracional; Responsabilidade Moral.

ABSTRACT

This article aims to examine the moral obligations of present generations toward future ones, using the example of the Amazon as a reference. Through a philosophical analysis, it discusses how the human relationship to labor and reproduction — historically viewed as duties of progress — has become a factor of environmental destruction and a threat to the continuity of human life. To this end, three models of intergenerational justice are examined — the reciprocity model, the proprietarian model, and the utilitarian model — highlighting their limitations in the face of the contemporary environmental crisis. Based on this critique, the article proposes an alternative conception of responsibility directed not only toward improving the quality of future life but also toward the urgent need to prevent environmental catastrophe and postpone the critical point that could lead to humanity's collapse. Thus, the fundamental ethical obligation is conceived as a responsibility toward the very existence of humankind, illustrating the moral and psychological challenge of recognizing the gravity of the climate crisis.

Keywords: Amazon; Future Generations; Environmental Ethics; Intergenerational Justice; Moral Responsibility.

Até bem recentemente, na história humana, a obrigação relacionada a todas as gerações futuras era trabalhar e reproduzir. Essa obrigação não só é comandada por Deus no gênesis: “frutificai-vos e multiplicai-vos e enchei a Terra” (I, Gênesis 28). Ela também é, desde o início, a base de toda teoria progressivista. De fato, nos *Six livres de la République* (Seis Livros sobre a República) (1606), Jean Bodin afirma que: “Jamais se deve temer que haja súditos em excesso; cidadãos em excesso, já que riqueza e o poder residem somente nos homens.” (“Or il ne faut jamais craindre qu'il y ait trop de sujets, trop de citoyens : vu qu'il n'y a richesse, ni force que d'hommes”).

Em seu *Second Treatise on Government* (Segundo Tratado sobre o Governo) (1689), Locke afirma:

Eu acredito que não seria nada além de um cálculo modesto afirmar que, dos produtos da Terra úteis à vida do homem, 9/10 (nove em cada dez) são os efeitos do trabalho: não, se quisermos estimar as coisas corretamente, tal como fazemos uso delas e adicionando os diversos custos relacionados a elas, o que nelas advém puramente da natureza e o que advém do trabalho, veremos que na maior parte delas, 99/100 (noventa e nove por cento) devem ser atribuídas completamente ao trabalho (Locke, Segundo Tratado, cap. 5, §39).

Assim, cada geração tende a ser melhor que a geração anterior.

As últimas décadas têm desenvolvido, cada vez mais, a visão de que há um contexto novo, durável e radicalmente oposto, o qual o caso da maior floresta equatorial do planeta, a Amazônia, ilustra de modo exemplar (cf. Ghazoul/Sheil 2010). As mudanças climáticas e ambientais levam à seguinte situação:

- (1) O trabalho, tal como ele é atualmente, não multiplica os recursos por cem. Pelo contrário: o trabalho destrói tanto os recursos naturais necessários para a produção de bens de consumo quanto os recursos necessários para se poder continuar a exercer o trabalho de forma frutífera no futuro. Portanto, embora a economia possa crescer, o seu processo de deterioração já começou.
- (2) A reprodução e o assentamento humanos, tal como eles são atualmente, não só contribuem para o trabalho destrutivo

mencionado acima, mas também para o aumento do consumo, o que também leva ao mesmo efeito destrutivo.

- (3) A degradação de ambientes naturais como a Amazônia leva a um crescimento significativo de zoonoses como a Covid-19. Mais de 90% dos vírus humanos existentes atualmente não existiam há quatro décadas (cf. Schwartz/Rodhain 2008).
- (4) Seres humanos não recebem nenhum comando positivo, i.e., comandos dizendo como melhorar a situação. Ao contrário, sua obrigação é reduzir e desacelerar a situação de deterioração mencionada acima.
- (5) Essa situação é considerada como sendo resultado tanto das ações das últimas gerações mais recentes quanto das ações das gerações atuais.

Todas as teorias atuais sobre a justiça entre as gerações assumem essa visão. A seguir, irei examinar, breve e criticamente, como as principais teorias justificam e definem as nossas obrigações intergeracionais. Em seguida, irei esboçar uma visão alternativa baseada nos pressupostos mencionados acima.

Basicamente, existem três modelos principais de obrigações intergeracionais, com diferentes variações entre eles: (1) um modelo baseado na reciprocidade; (2) um assim chamado modelo “proprietário” e (3) modelos utilitaristas. O propósito desses modelos é resultar em uma obrigação de não fazer a situação das gerações futuras ser pior que a nossa situação atual. Ainda assim, como veremos, eles não podem realmente oferecer a fundamentação para obrigações para com as gerações futuras. Nós iremos, então, sugerir uma obrigação alternativa.

Mas procedamos passo a passo.

Embora o modelo da reciprocidade considere a justiça social e a justiça global como consistindo principalmente na reciprocidade direta, quando se trata de obrigações intergeracionais, ele não se refere à justiça comutativa tradicional, mas sim a uma reciprocidade indireta. A reciprocidade direta exige que o ator A receba algo de um ator B, para que o ator A possa, reciprocamente, retribuir ao ator B ao lhe dar algo de pelo menos igual valor. A obrigação da geração B de cuidar da geração idosa A

de seus pais, porque essa geração A proveu à geração B educação valiosa é um exemplo de reciprocidade direta.

A reciprocidade indireta significa que o ator B deve dar à pessoa C algo de mesmo valor que o que a pessoa B recebeu de uma pessoa A. E a transferência de A para B é a justificação da obrigação de B em relação a C.

A reciprocidade indireta, quando aplicada a obrigações intergeracionais, pode ser tanto descendente quanto ascendente. Uma obrigação descendente exige que a geração B transmita à geração C vantagens de pelo menos igual valor que as que a geração B recebeu da geração A. Uma obrigação ascendente vincula a geração B a transmitir à geração A vantagens de pelo menos igual valor que aquelas que a geração C irá transmitir à geração B. Em alguns casos, tal como a educação de crianças e o cuidado com os pais, tanto a reciprocidade direta quanto a indireta podem ser aplicadas. Os pais B podem ter a obrigação de educar sua criança C tanto porque os pais B foram educados por seus próprios pais A quanto porque C tem a obrigação de educar o seu próprio filho D.

No caso de questões ambientais, nas quais todas as gerações contribuíram para o contexto de deterioração mencionado acima, o tipo relevante de reciprocidade é a reciprocidade descendente. Contudo, não é claro como essa reciprocidade deve ser aplicada. Se a geração B esgotou 1% dos recursos e transmitiu para C apenas 99% dos recursos herdados de A, a geração C tem então somente a obrigação de não esgotar mais de 1% dos recursos originalmente à disposição de A e que ela irá transferir à geração D? Se assim fosse, então, *ceteris paribus*, após 100 gerações, não haveria mais recursos disponíveis. Tudo o mais constante, o esgotamento de recursos é, atualmente, maior do que 1% por geração e, além disso, não se trata de uma função matematicamente constante. Em outras palavras: a reciprocidade pode até ser um princípio da justiça, mas ela leva à extinção gradual da espécie humana devido à falta de recursos. Se, durante as 100 gerações, houver um aumento da população, pode-se levantar a questão de se a transmissão indireta se aplica à geração como um todo ou a cada indivíduo pertencente à geração. No último caso, a extinção de todos os recursos e da humanidade ocorreria em menos de 100 gerações.

Tal cenário pertence a uma teoria não-ideal, no sentido Rawlsiano. Teorias não-ideais tratam de casos nos quais um, alguns ou todos os participantes não cumprem seus deveres e passam a investigar os novos deveres originados da falta de cumprimento total dos anteriores. Ao passo que, na teoria ideal, "a obrigação de retribuir à geração seguinte [...]

resultaria de uma obrigação de não agir como um *free-rider* [parasita social] em detrimento das gerações anteriores” (Gosseries, 2009, p. 132) – obrigação essa que pode ser suficiente para definir os deveres de cada geração –, na teoria não-ideal, permanece a questão de se, uma vez que não é possível obter compensação de gerações anteriores que tenham agido como *free-rider*, as gerações atuais têm que providenciar compensação pelo *free-riding* iniciado pelas gerações anteriores, i.e., se ela tem obrigações além da proibição de *free-riding*.

Outro pressuposto que assumimos aqui é que, mesmo que a geração atual não dê nenhum passo no sentido de um aumento dos índices de esgotamento e deterioração ambiental, as características herdadas das formas atuais de produção e consumo são tais que esse índice de esgotamento não permanece uma função constante, mas continua a crescer. Isso intensifica a questão levantada na teoria não-ideal.

No segundo modelo, o assim chamado modelo “proprietário”, há uma ausência geral de propriedade plena. A humanidade recebeu somente o usufruto da Terra, i.e., do todo dos recursos naturais; e esse usufruto não é dividido e cada parte alocada a indivíduos específicos. Levado a sério, esse modelo proíbe qualquer uso de recursos não-renováveis e, de fato, a metáfora se refere aos frutos que, em um sentido literal, são renováveis. Por outro lado, muitos processos de produção utilizam recursos naturais os quais esses processos não podem renovar e de fato não renovam. Poder-se-ia, plausivelmente, argumentar que seres humanos podem produzir novos recursos ou desenvolver outros recursos naturais que possam compensar a perda. Contudo, o pressuposto mencionado acima sobre a situação atual é que, no todo, há uma deterioração da soma de todos os recursos. Alguém poderia argumentar que a compensação pode ocorrer em um momento posterior. Porém, o modelo proprietário não permite a compensação por uma geração futura. Suas exigências se aplicam a cada geração e não ao todo da história humana, cujo futuro ainda é indefinido.

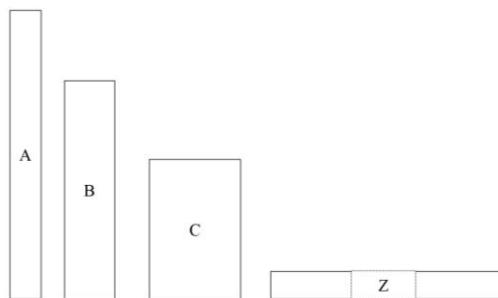
O “modelo proprietário” possui, ainda, duas outras fraquezas. *Em primeiro lugar*, ele ou falha em oferecer uma justificativa do porquê a humanidade só possui um usufruto, ou ele se refere a sua justificação tradicional, segundo a qual o *dominium terrae* foi dado por Deus. Contudo, nessa justificação tradicional, a concessão do *dominium terrae* é condicionada, i.e., conectada ao mandamento: “frutificai-vos e multiplicai-vos e enchei a Terra”. Ora, sem definir qualquer limite às formas possíveis de cumpri-lo, o resultado desse mandamento pode ser precisamente a

deterioração que a humanidade experencia atualmente. *Em segundo lugar*, o modelo proprietário é somente uma teoria ideal. Como tal, ele não diz nada sobre o caso atual em que gerações anteriores não só deterioraram a Terra, mas também iniciaram um processo de deterioração o qual não pode ser interrompido de repente. O modelo proprietário simplesmente não oferece nenhuma teoria não-ideal.

O terceiro modelo, i.e., o utilitarista, não se baseia na reciprocidade. Ao invés disso, suas diferentes versões adotam uma perspectiva distributivista, a qual é aplicada aos problemas éticos relacionados à população em geral e, especialmente, às gerações futuras. Em sua formulação mais famosa, a perspectiva utilitarista sobre gerações futuras foi apresentada como um “paradoxo” (Parfit, 1987, cap. 19), introduzido por uma “conclusão repugnante” (Parfit, 1987, cap. 17), a saber, uma conclusão que o próprio autor considera “difícil de acreditar” (Parfit, 1982, p. 142) e “difícil de aceitar” (Parfit, 1987, p. 388). A “conclusão repugnante” não precisa, necessariamente, referir-se a gerações futuras; ela também se aplica a duas populações pertencentes à mesma geração. Mais precisamente, ela trata da questão da “superpopulação” (Parfit, 1987, p. 384). No diagrama a seguir, que representa um experimento mental,

[...] o comprimento de cada bloco mostra o número de pessoas vivas, a altura mostra sua qualidade de vida. Com isso, eu quero dizer a qualidade de vida durante um certo período. Em tal período, haveria mudanças populacionais. Mas, para simplificar a questão, podemos ignorar esse fato. Pela mesma razão, podemos assumir que, nesses cenários, não há nem desigualdade social nem natural; ninguém está em situação pior que do ninguém (Parfit, 1987, p. 385).

(No trabalho de Parfit, o conceito chave do utilitarismo, i.e., a quantidade de felicidade – ou a quantidade total de prazer e dor – é representado pelo grau de “qualidade de vida”).



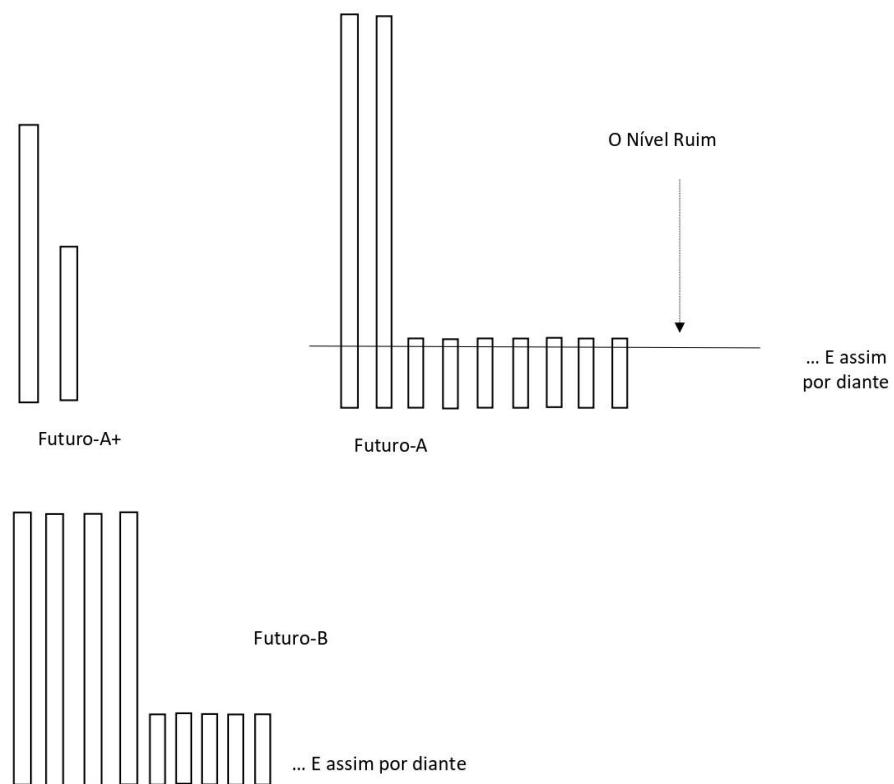
“Conclusão Repugnante” (Parfit, Derek 1987: Reasons and Persons, 3rd. rev. ed., Oxford University Press. (1st ed.: 1984), p. 388).

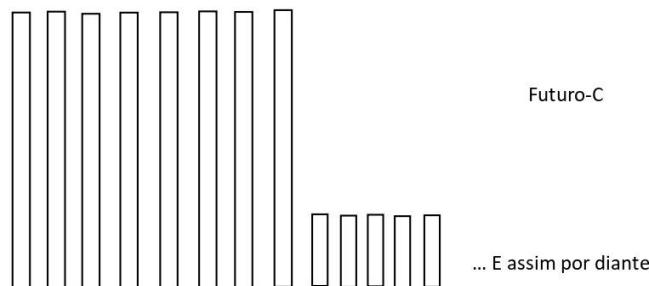
De acordo com Parfit, a população B está em situação melhor que A; C em situação melhor que B e Z em situação melhor que C. Uma vez que a relação de “estar em situação melhor” é transitiva, Z está em situação melhor que A. Parfit formula a conclusão válida, porém “repugnante”, da seguinte forma:

A conclusão repugnante: para qualquer população possível de pelo menos dez bilhões de pessoas, todas com uma qualidade de vida muito grande, deve haver uma população imaginável muito maior, cuja existência, tudo o mais constante, seria melhor, ainda que seus membros tenham vidas as quais mal valham a pena ser vividas (Parfit, 1987, p. 388).

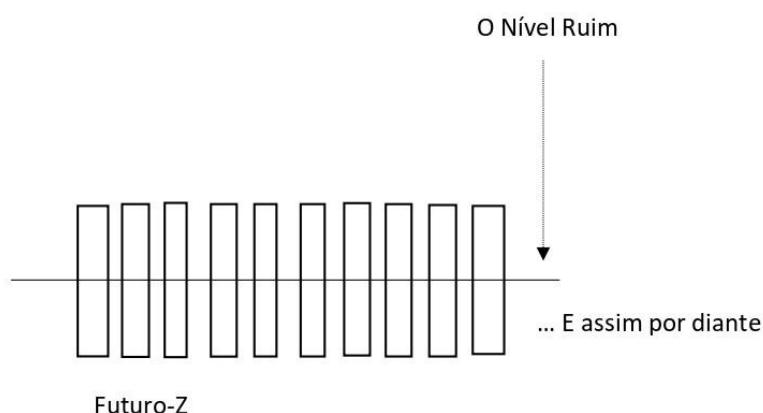
Em outro conjunto de diagramas, Parfit introduz a dimensão intergeracional. Ele introduz o diagrama da seguinte forma:

Nós precisamos considerar casos que contêm, nas diferentes situações, todas as pessoas que irão viver em algum tempo. [...] Esse diagrama mostra diferentes futuros possíveis. Cada bloco, agora, representa mil anos no resto da história humana. A altura de cada bloco mostra a qualidade de vida de que todos gozam nesses mil anos. A todo momento, em todos esses futuros possíveis, haverá dez bilhões de pessoas vivas (Parfit, 1987, p. 438).





"Futuros" (Parfit, Derek 1987: Reasons and Persons, 3rd. rev. ed., Oxford University Press. (1st ed.: 1984), p. 438-439).



"Futuros" (Parfit, Derek 1987: Reasons and Persons, 3rd. rev. ed., Oxford University Press. (1st ed.: 1984), p. 438-439).

Parfit comenta o "Futuro-A+"

O Futuro-A+ começa no século 23. Nos dois séculos anteriores, tudo ocorreu bem. Quando o Futuro-A+ começa, não há mais desigualdade entre as pessoas e a qualidade de vida é extremamente alta. Gerações sucessivas gozam dessa qualidade de vida por mil anos. O sol, então, se torna muito mais quente. Isso faz com que a qualidade de vida se torne, em muitos aspectos, muito menor. Ainda assim, ela permanece extremamente alta por mais mil anos. O sol, então, se torna ainda mais quente, encerrando assim a história humana (Parfit, 1987, p. 438).

Interessantemente, Parfit considera o "Futuro-A+" como sendo mera ficção (o que nós iremos questionar em um momento posterior). Ao contrário, "nós devemos assumir que o Futuro-A é o que realmente irá acontecer" (Parfit, 1987, p. 439). Se assim for, nós somos relativamente sortudos, porque, como Parfit explica, o "Futuro-A" é melhor que o "Futuro-A+":

No Futuro-A, os primeiros dois mil anos são ainda melhores. Todos possuem uma qualidade de vida que é maior do que aquela das pessoas em melhor situação no Futuro-A+. O sol não muda nesse período. Próximo ao fim desse período, cientistas preveem que o sol se tornará muito mais quente. As pessoas, portanto, cavam muitas cavernas profundas. Essas cavernas permitem que a humanidade sobreviva à superfície escaldante da Terra. [...] A vida no subterrâneo é digna de ser vivida [...]. Ao longo dos anos vividos nas cavernas, a qualidade de vida não está muito acima do Nível Ruim [tal como definido por Parfit, 1987, p. 432]. O sol, então, explode, encerrando a história humana (Parfit, 1987, p. 439).

Para sustentar seu ranking entre o Futuro-A+ e o Futuro-A, Parfit primeiro sustenta (1) que o Futuro-A não é pior que o Futuro-A+ e, então, (2) que ele é melhor.

O Futuro-A não é pior que o Futuro-A+, porque “as pessoas nas cavernas têm vidas que são dignas de ser vividas”, de modo que “é difícil acreditar que a existência dessas pessoas seja, em si, ruim”, e “absurdo acreditar que seria melhor se as pessoas extras jamais tivessem existido” (Parfit, 1987, p. 439). Além disso, o Futuro-A é, em um aspecto, melhor que o Futuro-A+: “nos primeiros dois mil anos, todos teriam uma qualidade de vida maior” (Parfit, 1987, p. 449).

No arranjo sequencial dos Futuros A à Z, a altura da qualidade de vida de todas as últimas gerações aumenta, ainda que sutilmente. Parfit comenta os “Futuros” B, C... Z da seguinte maneira:

[O Futuro-B] diferiria do Futuro-A da seguinte maneira. Durante os primeiros dois mil anos, nos quais as vidas são vividas na superfície da Terra, a qualidade de vida seria um tanto menor. Mas haveria um aumento muito maior da qualidade de vida durante os dois mil anos seguintes nas cavernas (Parfit, 1987, p. 440).

Comentários semelhantes se aplicam ao Futuro-C. Esse iria diferir do Futuro-B de uma maneira similar. As pessoas nos primeiros dois mil anos perderiam um pouco, mas haveria um ganho muito maior para as pessoas nos quatro mil anos seguintes. [...] o Futuro-C seria melhor. Pela mesma razão, o Futuro-D, o Futuro-E e assim por diante também seriam melhores. O melhor de todos os futuros possíveis seria o Futuro-Z (Parfit, 1987, p. 440f).

O ranking da versão básica e simultânea da conclusão repugnante – em contraste à versão intergeracional – era entre duas opções: (1) uma maior soma de felicidade através de uma qualidade de vida muito alta para muito poucas pessoas e (2) uma maior soma de felicidade através de um

número muito alto de pessoas com uma qualidade de vida cada vez menor. (Parfit identifica o primeiro como sendo o “Monstro Utilitário” de Robert Nozick e o segundo como sendo o seu próprio “Monstro Utilitário”: cf. Parfit 1987, p. 389). Na versão intergeracional dessa conclusão repugnante, esses dois “Monstros Utilitários” desaparecem: Não há blocos extremamente altos e aqueles que estão em situação pior estão, tal como no princípio da diferença de Rawls, em situação melhor que em qualquer outra opção. De fato, Parfit é um assim chamado prioritarianista, o que significa que, para ele, benefícios para aqueles em situação pior são mais relevantes que benefícios para aqueles em situação melhor, o que é mais próximo do senso comum. Assim, “nessa versão, o argumento é mais forte”; mas ainda assim o “paradoxo” é “maior” (Parfit, 1987, p. 441).

O repentino escaldamento da superfície terrestre é uma representação abstrata e simplificada da situação à qual os desenvolvimentos atuais, por exemplo na floresta equatorial amazônica, estão levando gradualmente. Porém, (1) o desenvolvimento real atual está ocorrendo de modo muito mais rápido que o representado no diagrama e (2) não há certeza de que o Nível Ruim não será atingido antes da explosão solar encerrar a história humana. Em outras palavras, nós estamos experienciando um desenvolvimento muito mais dramático e agudo. Qual obrigação pode ser derivada desse ranking para as gerações atuais, que são, *mutatis mutandis*, representadas respectivamente pelo primeiro bloco de cada diagrama? Uma vez que as gerações atuais, i.e., o primeiro bloco, escolhem qual dos Futuros de A à Z ocorrerá, a obrigação é atribuída à geração atual. Já que o futuro normativamente melhor é o Futuro-Z, a geração atual tem que escolher *imediatamente* a altura de todas as gerações no Futuro-Z, de modo a evitar que o conjunto de todas as últimas gerações experienciem uma qualidade de vida ligeiramente inferior à que lhes é oferecida no Futuro-Z.

Ainda assim, essa obrigação *não* é uma obrigação *para com* as gerações futuras, *mas* um dever *relacionado ao futuro da humanidade*. De fato, Parfit argumenta que a identidade das pessoas envolvidas nos “Futuros” mencionados acima depende das circunstâncias nas quais elas nasceram. Assim, se dois cenários implicam dois conjuntos diferentes de circunstâncias, a comparação entre a situação de gerações futuras em um “Futuro” e a situação de gerações futuras em outro “Futuro” não envolve as mesmas pessoas. As pessoas futuras envolvidas num Futuro não são as mesmas que as pessoas futuras envolvidas em outro Futuro. Assim, mesmo que uma geração faça as escolhas que não correspondam ao melhor Futuro

do ponto de vista ético, e ainda que, em razão disso, as gerações futuras estejam em situação pior do que elas estariam, nenhuma pessoa é prejudicada, i.e., não há vítima. Em outras palavras, *não há obrigação para com as gerações futuras identificadas, embora possa haver obrigações relacionadas ao futuro de toda a humanidade.*

Ora, lembre-se de que a “conclusão repugnante” se relaciona à superpopulação. Em uma Terra já deteriorada e que continua no rumo do esgotamento, uma forma de *imediatamente* influenciar a altura da qualidade de vida das gerações seguintes e últimas, i.e., de melhorar ligeiramente sua qualidade de vida, pode ser reverter, drasticamente, o crescimento populacional particularmente elevado experienciado nos últimos dois séculos e acelerado nas últimas décadas. De acordo com Parfit, não se pode levantar a objeção de que uma ação demográfica tão drástica faria vítimas. Porém, como Parfit sugere, para a visão comum, seu ranking, – e, portanto, uma possível diminuição do número de seres humanos – possivelmente permanecerá “difícil de acreditar” (Parfit, 1987, p. 441).

Parfit aloca sua repugnância em um local diferente do que a visão comum:

Eu acredito que se nós destruirmos a humanidade, tal como nós hoje somos capazes de fazer, esse resultado será muito pior do que a maior parte das pessoas acham. Comparem-se três situações possíveis:

- (1) Paz.
- (2) Uma guerra nuclear que mate 99% da população do mundo.
- (3) Uma guerra nuclear que mate 100%.

(2) seria pior que (1) e (3) seria pior que (2). Qual diferença é maior entre essas duas? A maioria das pessoas acham que a diferença é maior entre (1) e (2). Eu acredito que a diferença entre (2) e (3) é muito, muito maior (Parfit, 1987, p. 453).

A seguir, assumamos que as situações (2) e (3) mencionadas por Parfit, i.e., o corte dramático na população mundial, não seja causado por uma guerra nuclear, mas que seja em razão de uma decisão pacífica e deliberada feita pela humanidade.

Parfit está ciente de que sua negação do fato de que uma redução drástica da população mundial faria qualquer vítima tem implicações potenciais para demais questões éticas:

Isso reabre a questão do caráter ruim do fim da raça humana, além de ter implicações para várias questões menores, não discutidas aqui, tais como o debate sobre aborto, contracepção e assassinato de crianças (Parfit, 1982, p. 172).

Para focar na questão central de nosso exame, permitamo-nos neutralizar as questões éticas controversas mencionadas na parte final da citação acima e só notar que uma redução drástica da população também poderia ser obtida por meios uncontroversos, por exemplo abstinência. A questão central abordada por Parfit não reside nessas “questões menores”, mas no “caráter ruim do fim da raça humana”. Essa questão é de importância primordial por diversas razões.

Em primeiro lugar, a questão em jogo não é mais relacionada a nenhuma geração, grupo ou pessoa particular, mas à humanidade inteira. Se a diferença normativamente decisiva é a diferença entre um corte de 99% e um de 100%, i.e., entre um corte enorme e o fim da humanidade, a obrigação em questão não pode ser uma obrigação para com as gerações futuras, as quais não podem ser consideradas como vítimas, mas somente para com a humanidade como um todo, ainda que relacionado a gerações futuras.

Em segundo lugar, em todos os “Futuros” considerados por Parfit, incluindo o melhor deles, a situação final é que o sol, ou por se tornar muito quente (Futuro-A+) ou por explodir, encerrará a história humana. Assim, a catástrofe é inevitável.

Em terceiro lugar, essa visão é paradoxal, visto que os “efeitos” da “escolha de padrões de vida futuros” são significativos, tal como Parfit ilustra em sua comparação entre uma política de “deterioração” e uma política de “conservação” (Parfit, 2010, p. 115). Os “efeitos” dizem respeito à evolução da qualidade de vida nos diferentes períodos dos “Futuros” A à Z. Mas essa evolução da qualidade de vida e a ocorrência da catástrofe que encerra a vida humana são duas questões fundamentalmente diferentes.

Deixe-me explicar esse ponto. Imagine que alguém constrói um novo arranha-céu residencial, o qual é regularmente habitado, mas com cuja manutenção ninguém nunca se importa. A qualidade de vida irá gradualmente diminuir e o arranha-céu irá, após um longo período, finalmente colapsar, porque mesmo os reparos mais indispensáveis não serão realizados e o ponto crítico será atingido. Como consequência, todos os habitantes são soterrados vivos nas ruínas da construção em razão de seu colapso. Ambos os eventos (i.e., o colapso do arranha-céu e a gradual

diminuição da qualidade de vida) são causados pela falta de manutenção, mas esses dois efeitos não são dependentes um do outro, exceto na ocorrência final: o colapso do arranha-céu causa a morte de todos os habitantes.

Ora, a estática, como ramo da mecânica, a ciência de materiais etc. podem determinar – pelo menos estatisticamente – a evolução do risco de um colapso. Pelo contrário, não só o ponto exato de ocorrência, mas também o risco estatístico do fim da vida humana devido ao escaldamento ou à explosão do sol não pode ser calculado. Os diagramas de Parfit levam essa impossibilidade corretamente em conta. No Futuro-A+, a qualidade de vida humana, e consequentemente a deterioração são menores que no Futuro-A (e os Futuros de A à Z – diferentemente do Futuro-A+ são indeterminados; Parfit escreve: “e assim por diante”). Contudo, a catástrofe ocorre no Futuro-A+ após dois mil anos, ao passo que no Futuro-A, no qual há mais deterioração, ela só ocorrerá no mínimo após dez mil anos.

Assim, ao passo que a evolução da qualidade de vida é previsível, o tempo no qual o evento inevitável ocorrerá é imprevisível.

Em resumo: a situação atual é que a ocorrência do evento catastrófico não é nem previsível nem controlável através de nossa escolha por uma estratégia ou de “deterioração” ou de “conservação” ou quaisquer de suas variações, ao passo que a evolução da qualidade de vida é muito mais previsível e controlável.

Alguns poderiam concluir que a obrigação de nossa geração em relação ao futuro deveria focar na qualidade de vida.

As consequências que tal postura teria para nossa obrigação relacionada ao futuro resultam da influência unilateral das gerações atuais na qualidade de vida das gerações futuras. Nos diagramas de Parfit, o interesse direto das gerações atuais é gozar da maior qualidade de vida possível, permitindo que as gerações futuras tenham que lidar com a deterioração resultante e com a menor qualidade de vida. Isso levanta a questão do “problema da motivação” (“Motivationsproblem”, Birnbacher 2016, cap. 7; cf. também Birnbacher 1988, p. 258-260) sobre como contrabalancear a motivação mencionada acima de não cumprir nossa obrigação relacionada ao futuro. Alguns autores oferecem alguns valores de contrabalanceamento que ou são valorados mais do que a própria qualidade de vida ou são parte dela (e.g. Scheffler 2018). Isso pode explicar por que a existência da humanidade é mais importante do que a mera qualidade de vida. Embora essas visões me sejam simpáticas, não irei explorar esse

caminho aqui, porque ele parece, a meu ver, incluir premissas normativas muito exigentes, as quais, na minha opinião, estão longe de serem compartilhadas pela maioria das pessoas de nossa geração atual.

Ao invés disso, irei me limitar a observar que a conclusão mencionada acima é uma falácia. Permita-me fazer as seguintes observações. *Em primeiro lugar*, a controvérsia entre obrigações relacionadas à mera qualidade de vida como opostas a outros valores mais elevados inerentes à humanidade não é relevante aqui, porque com a catástrofe e o subsequente fim da humanidade, ambas iriam desaparecer, o que, portanto, é mais importante do que a diminuição da qualidade de vida. *Em segundo lugar*, já que não sabemos quando o ponto crítico será atingido e a catástrofe ocorrerá, ela pode acontecer a qualquer momento, ao passo que a perda de qualidade positiva de vida de outras pessoas só poderá ocorrer num futuro mais remoto. *Em terceiro lugar*, como a catástrofe é tanto o perigo maior quanto o mais próximo, a obrigação de nossas gerações relacionada ao futuro é focar na catástrofe e não na qualidade de vida. *Em quarto lugar*, já que a catástrofe pode ocorrer na nossa geração atual, ela também deveria nos motivar.

Alguém poderia levantar a objeção de que nós não controlamos a ocorrência da catástrofe. Contudo, tal objeção não toca a questão central. De fato, embora nossas gerações atuais não tenham controle sobre o tempo da catástrofe, as escolhas de nossas gerações têm um efeito sobre quando o ponto crítico será atingido. Em outras palavras: o que importa não é controle vs. ausência de controle, mas sim a capacidade de influenciar. Nós temos a obrigação e a possibilidade de – e o motivo para – influenciar o tempo em que a catástrofe inevitável irá ocorrer, bem como de tentar diminuir o risco de ela ocorrer durante o tempo de vida das gerações atuais.

Se nós temos todas essas três – a obrigação, a possibilidade e o motivo –, por que nós nos importamos com essa questão de um modo, no máximo, insuficiente?

Alguém pode explicar esse paradoxo com base no famoso dilema do prisioneiro aplicado à ética ambiental (cf. Gardiner 2011, p. 24-26). Isso pode ser parte da explicação, mas tomado isoladamente, isso falharia em explicar a situação como um todo. Já que o tempo de minha contribuição está acabando, eu irei somente sugerir, em duas sentenças, uma explicação adicional que eu não posso nem explicar nem justificar aqui. Como Wallace-Wells escreve, “ninguém quer ver o desastre vindo, mas aqueles que olham, o veem” (Wallace-Wells, 2019, p. 219). Talvez, embora nós saibamos disso,

ele seja tão catastrófico que nós não somos realmente capazes de acreditar nele.²

Notas

¹ Possui graduação em Filosofia - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1985), graduação em História - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1987), doutorado em Philosophie - University of Fribourg (1993) e Habilitação (correspondente à livre-docência no Brasil) pela Universidade de Tübingen. Atualmente é Professor Titular na Universidade de Vechta (Alemanha) e Professor Honorário na Universidade de Saarland (Alemanha). É membro do conselho editorial da Revista Brasileira de Estudos Políticos da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG. Tem experiência docente e de pesquisa na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia prática, tendo publicado vários trabalhos na área. Orcid: 0000-0002-0066-2878.

² Traduzido a partir do original em inglês “What do we owe to future generations? A philosophical analysis at the example of Amazonas” por Diogo Campos Sasdelli.

Referências Bibliográficas

- BIRNBACHER, Dieter. *Verantwortung für zukünftige Generationen*. Stuttgart: Reclam, 1988.
- BIRNBACHER, Dieter. *Klima-Ethik*. Stuttgart: Reclam, 2016.
- GARDINER, Stephen M. *A perfect moral storm: the ethical tragedy of climate change*. Oxford University Press, 2011.
- GHAZOUL, Jaboury; SHEIL, Douglas. *Tropical rain forest: ecology, diversity, and conservation*. Oxford University Press, 2010.
- GOSSERIES, Axel. Three models of intergenerational reciprocity. In: GOSSERIES, Axel; MEYER, Lukas H. (Eds.): *Intergenerational justice*. Oxford University Press, 2009.
- LOCKE, John. *Two treatises of Government* (1689). Trad. Peter Laslett, Cambridge University Press, 1960.
- PARFIT, Derek. Future generations: further problems. *Philosophy & Public Affairs*, v. 11, n. 2, p. 113-172, Spring 1982.
- PARFIT, Derek. *Reasons and persons*. 3rd rev. ed. Oxford University Press, 1987. (1st ed.: 1984).
- SCHEFFLER, Samuel. *Why worry about future generations?* Oxford University Press, 2018.
- PARFIT, Derek. Equality and priority. *Ratio*, v. 10, n. 3, p. 202-221, Dec. 1997.
- PARFIT, Derek. Energy policy and the further future: the identity problem. In: GARDINER, Stephen M.; CANEY, Simon; JAMIESON, Dale; SHUE, Henry (Eds.) *Climate ethics: essential readings*, Oxford University Press, 2010.
- SCHWARTZ, Maxime ; RODHAIN, François. *Des microbes ou des hommes, qui va l'emporter?* Paris: Odile Jacob, 2008.
- WALLACE-WELLS, David. *The uninhabitable earth: life after warming*. New York: Tim Duggan Books, 2019.

Recebido/Received: 31/10/2025
Aprovado/Approved: 03/11/2025
Publicado/Published: 19/11/2025